



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

Senhores Acionistas,
A Administração da GERAÇÃO CIII S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 que representam a situação da Sociedade no período mencionado. Estamos ao inteiro dispor de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11 (reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.678	7.055
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.582	7.023
Títulos e valores mobiliários	-	-	479
Impostos e contribuições a recuperar	5	2.058	126
Despesas pagas antecipadamente	-	268	267
Outros ativos circulantes	-	804	741
TOTAL DO CIRCULANTE		24.390	15.691
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	-	-	21
Investimentos	6	22.460	20.088
Imobilizado	7	282.996	280.981
Intangível	8	8.970	9.234
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		314.427	310.324
TOTAL DO ATIVO		338.817	326.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em milhares de reais

PASSIVO	Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11 (reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	15.217	14.352
Empréstimos e financiamentos	10	11.756	11.866
Salários e encargos a pagar	-	14	22
Taxas regulamentares	11	374	393
Impostos e contribuições a recolher	12	5.431	712
Dividendos e juros sobre capital próprio	14	26.565	5.352
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	1.129	1.044
Outros passivos circulantes	-	255	390
TOTAL DO CIRCULANTE		60.741	34.131
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	100.411	112.305
Taxas regulamentares	11	53	37
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	2.147	-
Provisões	16	-	13
Partes relacionadas	22	1.951	1.954
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	-	8.084	7.473
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		112.646	121.782
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social	-	147.575	147.575
Reservas de lucros	-	2.382	1.296
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	15.473	16.055
Lucro/Prejuízo acumulado	-	-	5.176
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		165.430	170.102
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		338.817	326.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais	
	31/12/12	31/12/11 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	23.643	25.173
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	6.240	4.431
Equivalência patrimonial	(2.684)	(1.140)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	8.899	11.050
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	149	2.897
Outras provisões	(13)	13
36.234	42.424	
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	2.441	(3.198)
IR e CSLL a recuperar	(2.253)	(306)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	80	(81)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	312	-
Despesas pagas antecipadamente	(1)	(131)
Partes relacionadas	21	(2)
Outros ativos	(64)	(763)
536	(2.955)	
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	865	(2.829)
Salários e encargos a pagar	(8)	(19)
Encargos de dívidas	(8.945)	(10.580)
Taxas regulamentares	(3)	189
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	2.098	98
Partes relacionadas	(3)	(14)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(2.065)	(2.624)
Outros passivos	(135)	(2.489)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.196)	(18.268)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	28.574	21.201
Aquisição de imobilizado	(8.154)	(3.166)
Aquisição de intangível	(14)	(2.404)
Resgate de títulos e valores mobiliários	640	1.908
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.528)	(3.962)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(11.423)	(11.424)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(3.226)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(11.423)	(14.650)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.623	2.589
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.055	4.466
Caixa e equivalentes no final do exercício	16.678	7.055
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	9.623	2.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Notas	31/12/12	31/12/11 (reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	18	45.876	44.258
CUSTOS DOS SERVIÇOS	19	(14.897)	(11.487)
LUCRO BRUTO		30.979	32.771
Despesas gerais e administrativas	19	(1.080)	(1.405)
Resultado de participações societárias	-	2.684	1.138
LUCRO OPERACIONAL		32.583	32.504
Receitas financeiras	20	1.851	3.224
Despesas financeiras	21	(10.791)	(10.555)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.643	25.173
Imposto de renda e contribuição social	13	(7.102)	(2.550)
Corrente	-	(5.033)	(2.550)
Diferido	-	(2.068)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.541	22.623
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (EM REAIS)			
Ordinária	-	0,11	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros e Reserva Legal	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	128.566	170	5.085	2.420	136.241	
Integralização do capital	5.056	-	-	-	5.056	
Aumento de capital	13.953	-	-	-	13.953	
Lucro líquido do exercício	-	-	22.623	-	22.623	
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(2.420)	(2.420)	
Destinações:						
Reserva legal	-	1.126	(1.126)	-	-	
Dividendos obrigatórios	-	-	(5.352)	-	(5.352)	
Dividendos propostos	-	-	(16.055)	16.055	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	147.575	1.296	5.176	16.055	170.102	
Lucro líquido do exercício	-	-	16.541	-	16.541	
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(16.055)	(16.055)	
Destinações:						
Reserva legal	-	1.086	(1.086)	-	-	
Dividendos obrigatórios	-	-	(5.158)	-	(5.158)	
Dividendos propostos	-	-	(15.473)	15.473	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	147.575	2.382	-	15.473	165.430	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A GERAÇÃO CIII S.A. ("GERAÇÃO CIII") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia, constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com participação de 60%, onde também participa do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELGO), através da empresa Energética Corumbá III. As operações comerciais iniciaram em abril de 2009. A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 93,6 MW. Sua energia assegurada é comercializada através de contrato firmado com a Companhia Energética de Brasília (CEB). Essa energia irá suprir 10% da demanda de Brasília, ocupando um papel estratégico no país, em caso de problemas ou crise no abastecimento de energia, será a UHE Corumbá III a responsável por garantir o abastecimento dos 3 poderes federais no Distrito Federal. O contrato de concessão termina em 7/11/2036. Em fevereiro de 2011 foi efetuada a transferência de ações da Energética Corumbá III para a GERAÇÃO CIII, conforme acordo de acionistas para suprir aportes no Consórcio Corumbá III. Foram transferidas ações de 15,55% no capital subscrito da empresa Energética Corumbá III. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 31/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Participação no consórcio
A Companhia Geração CIII faz a consolidação proporcional dos ativos e passivos do Consórcio Empreendedor Corumbá III na proporção de 60%, conforme participação acionária.
2.3. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.
2.4. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.
2.5. Imposto de renda e contribuição social
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.6. Imposto sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas.
2.7. Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.
a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
b) Passivos financeiros
Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.
b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
• Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
• A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.
• Empréstimos e financiamentos
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.
b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
2.9. Contas a receber de clientes e outros
Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.
2.10. Títulos e valores mobiliários
São classificados como ativos financeiros com vencimentos no longo prazo e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.
2.11. Empréstimos, financiamentos
As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos

custos de transação incorridos na captação dos recursos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
2.12. Taxas regulamentares
a) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de desenvolvimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.
2.13. Distribuição de dividendos
A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPAC 8 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Adicionalmente, o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.
2.14. Provisões
A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus conselheiros jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de venda e refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).
2.16. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.
2.17. Segmento de negócios
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 - Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.
2.18. Novos pronunciamentos contábeis
2.18.1. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012
Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1/1/2012.
Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:
CPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 04 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 17 (R1) IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 30 (R1) IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 35 (R2) IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 08 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 40 (R1) IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.
2.18.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB
Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 1/1/2013:
IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27



➔ **Continuação**

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	7.454	(346)	7.108	-	-	7.108
Adições	2.404	-	2.404	-	-	2.404
Amortizações	-	(278)	(278)	-	-	(278)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	9.858	(624)	9.234	-	-	9.234
	Em serviço			Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	9.858	(624)	9.234	-	-	9.234
Adições	-	-	-	14	14	14
Amortizações	-	(278)	(278)	-	-	(278)
Transferências - Intangíveis	14	-	14	(14)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.872	(902)	8.970	-	-	8.970

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/12/12		31/12/11	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Energia elétrica:	931	47	-	-
Terceiros	894	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Encargos de uso da rede	200	174	-	-
Terceiros	200	174	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Materiais e serviços	14.086	14.070	-	-
Terceiros	13.786	13.845	-	-
Partes relacionadas	300	225	-	-
Energia livre	-	61	-	-
Total	15.217	14.352	-	-
Circulante	15.217	14.352	-	-

10 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Taxa efetiva	Principal			Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional						
BNDES FINEM	TJLP+ 1,91% a.a.	331	11.425	107.579	119.335	130.869
		331	11.425	107.579	119.335	130.869
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-	-	(7.168)	(7.168)	(6.698)
Total		331	11.425	100.411	112.167	124.171
O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção da Usina Hidrelétrica Corumbá sendo sua amortização em 168 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de junho de 2009 até 15 de maio de 2023. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 1,91% a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo. Os vencimentos das parcelas de longo prazo são como segue:						
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/11
2013		11.424	11.424	-	-	-
2014		11.424	11.424	-	-	-
2015		11.424	11.424	-	-	-
2016		11.424	11.425	-	-	-
2017		11.424	11.425	-	-	-
Após 2017		61.883	61.881	-	-	-
Total obrigações		107.579	119.003	-	-	-
(-) Garantias depósitos vinculados		(7.168)	(6.698)	-	-	-
Total		100.411	112.305	-	-	-
Moeda nacional						
		Passivo circulante	Não circulante	Total	31/12/12	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2010		11.905	130.427	142.332	-	-
Encargos		10.541	-	10.541	-	-
Transferências		11.424	(11.424)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros		(22.004)	-	(22.004)	-	-
(-) Garantias depósitos vinculados		-	(6.698)	(6.698)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		11.866	112.305	124.171	-	-
Moeda nacional						
		Passivo circulante	Não circulante	Total	31/12/12	31/12/11
Saldos em 31 de dezembro de 2011		11.866	112.305	124.171	-	-
Encargos		8.934	-	8.934	-	-
Transferências		11.424	(11.424)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros		(20.368)	-	(20.368)	-	-
(-) Garantias depósitos vinculados		-	(470)	(470)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		11.756	100.411	112.167	-	-

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:
BNDES FINEM - Endividamento Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2.
Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/finança da Neoenergia.

11 Taxas Regulatortares

	31/12/12	31/12/11
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	29	8
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	6	8
Pesquisa e Desenvolvimento - PAD	235	187
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	10	13
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	138	190
Ministério de Minas e Energia - MME	15	430
Total	427	393
Circulante	374	393
Não circulante	53	37

12 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda - IR	3.739	245
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.352	178
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	-	1
Programa de integração social - PIS	47	27
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	216	125
Instituto nacional de seguridade social - INSS	40	100
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	3
Imposto sobre serviços - ISS	11	19
Outros	24	14
Total	5.431	712
Passivo (-)		
	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda	(1.058)	(1.058)
Diferenças temporárias	(6.316)	(5.678)
Total	(7.374)	(6.736)

Devido a Geração CIII no ano de 2012 ser tributada pelo lucro real, passou a se utilizar do benefício fiscal, constituindo o diferido.

	IR	CSLL
Ativo	31/12/12	31/12/11
Uso do bem público	1.807	1.807
Total Ativo	1.807	1.807
Passivo (-)		
	31/12/12	31/12/11
Uso do bem público	(1.058)	(1.058)
Depreciação	(7.065)	(7.065)
Total passivo	(8.123)	(8.123)
Total líquido	(6.316)	(6.316)

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	23.643	23.643
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	23.643	23.643
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.911	2.128
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:		
(+) Adições	452	163
Outras adições	452	163
(-) Exclusões		
Equivalência patrimonial	(671)	(242)
Efeito regime lucro presumido	9	(4.263)
Outras exclusões	(394)	9
Total	(1.065)	(233)
Imposto de renda e contribuição social no período	5.298	2.058
Diferido de diferença temporária de RTT	(187)	(68)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.111	1.990
Corrente	3.590	1.443
Recalculados e pagos	1.048	658
A pagar	2.243	785
Compensados e deduzidos	299	-
Diferido	1.521	547
Total	5.111	1.990

Em 2012 houve mudança na tributação da Geração CIII, para opção do Lucro Real, tendo em vista que a Receita Bruta da Companhia em 2011 superou os R\$ 48 milhões (limite para tributação no lucro presumido).

Regime tributário de transição
A Medida Provisória nº 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	23.643	23.643	25.173	25.173
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	23.643	23.643	25.173	25.173
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.911	2.128	6.293	2.266
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	452	163	-	-
Outras adições	452	163	-	-
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	(671)	(242)	(285)	(102)
Efeito regime lucro presumido	9	(4.263)	(1.359)	-
Outras exclusões	(394)	9	(4.263)	(1.359)
Total	(1.065)	(233)	(4.548)	(1.461)
Imposto de renda e contribuição social no período	5.298	2.058	1.745	805
Diferido de diferença temporária de RTT	(187)	(68)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.111	1.990	1.745	805
Corrente	3.590	1.443	1.745	805
Recalculados e pagos	1.048	658	1.216	627
A pagar	2.243	785	228	178
Compensados e deduzidos	299	-	301	-
Diferido	1.521	547	-	-
Total	5.111	1.990	1.745	805

Regime tributário de transição
A Medida Provisória nº 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCOIT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

14 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/12
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido	147.575
Ações ordinárias	147.575
Total	147.575
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	16.541
Lucro líquido do exercício	5.176
Lucro de exercícios anteriores	(1.086)
Constituição da reserva legal	20.631
Base de cálculo do dividendo	5.158
Dividendos mínimos obrigatórios	31/12/12
Dividendos propostos	(15.473)
A formação dos saldos é como segue:	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.352
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	16.055
Propostos	5.158
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.565

	31/12/12	31/12/11
Contrato de concessão	9.213	8.517
Total	9.213	8.517
Circulante	1.129	1.044
Não circulante	8.084	7.473
Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.		

15 Uso do Bem Público

	31/12/12	31/12/11
Contrato de concessão	9.213	8.517
Total	9.213	8.517
Circulante	1.129	1.044
Não circulante	8.084	7.473
Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.		

16 Provisões Passivas

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Contingências Ambientais					
Auto de infração	(a)	8.000	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		8.000			
(a) Auto de infração lavrado pelo IBAMA em razão do enchimento do reservatório da UHE Corumbá III em desacordo com a licença de instalação Nº 658/07					
Contingências cíveis					
Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Indenização por perdas					
Terceirizados	(a)	3.000	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13
Arbitragem	(b)	54.864	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		57.864			13
(a) Indenização referente rescisão por inadimplemento do EPCista (COCO) e todas as multas associadas.					
(b) Trata-se de requerimento de procedimento arbitral que versa sobre o contrato nº 003/2003, para o fornecimento global de bens, serviços e equipamentos relativos à implantação da UHE Corumbá III.					

No exercício de 2012 não houve contingências classificadas com o prováveis.
As contingências possíveis em dezembro de 2012 totalizam R\$ 68.673, dos quais os mais relevantes estão destacados abaixo, que totaliza R\$ 65.864.
Contingências ambientais
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 147.575. Todas as ações emitidas estão integral